

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2020**  
**(Do Sr. Célio Studart)**

Determina que operadoras de planos de saúde autorizem a realização de teleconsultas e consultas *online* para seus consumidores enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus (COVID-19).

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** As operadoras de planos de saúde devem autorizar a realização de teleconsultas e consultas *online* para seus consumidores enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus (COVID-19).

**§1º.** Além da consulta, poderão ser feitas orientações e monitoramentos à distância pelos profissionais da saúde vinculados às operadoras de planos de saúde.

**§2º** Para a prestação dos serviços mencionados nesta Lei as operadoras dos planos de saúde podem desenvolver aplicativos para *smartphones* ou sítios eletrônicos, com o intuito de garantir a segurança dos procedimentos.

**Art. 2º** Os serviços disponibilizados serão referentes às especialidades médicas que permitam consulta, orientação e monitoramento à distância, bem como serão proporcionais ao contrato de cada paciente.

**Art. 3º** As operadoras dos planos de saúde devem garantir os pagamentos pelos serviços prestados aos profissionais responsáveis pelos procedimentos.

**Art. 4º** O Poder Executivo poderá regulamentar Esta Lei, no que couber, para garantir a sua fiel execução.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 assevera que o direito à saúde é um dos direitos sociais.

Também neste sentido, a Carta Magna aduz, por meio do art. 23, que é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios cuidar da saúde e assistência pública.

Ressalte-se que, até o momento, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, milhares de casos de infecções pelo novo coronavírus (COVID-19) já foram confirmados no Brasil.

Não se pode olvidar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que se vive, atualmente, uma pandemia em decorrência do novo coronavírus, considerando-se que esta doença infecciosa atingiu um elevado patamar de número de pessoas espalhadas ao redor do mundo.

Vale ressaltar que, por motivos de segurança, as autoridades sanitárias recomendam o distanciamento social, o que diminui, direta ou indiretamente, a realização de consultas médicas de maneira presencial.

Destaque-se que, segundo informações publicadas no sítio eletrônico do “O Globo”, o Conselho Federal de Medicina liberou consultas, orientações e monitoramentos à distância para enfrentar a pandemia do novo coronavírus.

Neste contexto, surge a presente propositura, com o intuito de determinar que as operadoras de planos de saúde autorizem a realização teleconsultas e consultas *online* para seus consumidores enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus (COVID-19).

Ante a relevância temática, requer-se a aprovação pelos Nobres Pares deste Projeto de Lei em análise.

Sala das Sessões, 08 de maio de 2020.

**Dep. Célio Studart**

**PV/CE**

